

DESAPARECIDOS POLÍTICOS

A FALTA DE VONTADE POLÍTICA DE FHC

Ivan Seixas



Dados do Projeto Brasil Nunca Mais, da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, e da Comissão de Presos Políticos Mortos ou Desaparecidos, indicam que entre 50 e 70 mil pessoas foram presas pela repressão militar que se instalou no Brasil pós-64, 25 mil delas processadas formalmente, 383 mortas e aproximadamente 200 ainda estão desaparecidas. Enquanto isso, o único presidente com poderes e legitimidade para resolver a questão dos desaparecidos políticos vacila ostensivamente.

O governo presidido por Fernando Henrique Cardoso mostra uma incrível vacilação na solução do problema dos desaparecidos políticos durante a ditadura militar. A falta de vontade política em resolver a questão tem muitas explicações, mas sempre leva a um dramático sentimento de frustração e decepção com a sua figura. Quem melhor manifestou essa decepção foi o presidente da Anistia Internacional, Pierre Sanné, que ao fim de sua visita ao Brasil contou que ouviu do presidente uma confissão de medo quanto à reação dos militares. Isso é inexplicável aos ouvidos de qualquer cidadão de qualquer país civilizado, que não se intimida com caras feias de fardados ou paisanos.

O problema dos desaparecidos arrasta-se há décadas e atravessou todos os governos militares (os responsáveis) e os vários governos capengas — de Sarney a Itamar —, passando por Collor. Este último, verdade seja dita, foi o único a ter coragem de abrir os arquivos da repressão política dos Dops estaduais do Rio e de São Paulo, retidos pelo governo federal durante uma década, nas mãos de torturadores. Fernando Henrique Cardoso, de quem se esperava um pouco de coragem e rapidez na solução do problema, manifesta uma vacilação enervante para os que tiveram familiares presos e desaparecidos nos “porões da ditadura”. É uma decepção!

Não há no governo federal de hoje um interlocutor à altura do problema, não apenas das famílias, mas de toda a sociedade. Do presidente ao chefe de gabinete do Ministério da Justiça, José Gregori, passando pelo próprio ministro, Nelson Jobim, todos falam pelo canto da boca como se estivessem em plena clandestinidade, alegam medo da reação dos militares, e nunca assumem isso

em público. Com certeza, se o fizessem em público criariam um fato político capaz de levar à discussão e à possível solução. Mas não há transparência em seus atos e medos. Ninguém ignora que é um assunto espinhoso, mas quem está travando essa batalha pela solução sabe que os militares não têm como levantar barreiras a uma solução.

Em vários países do continente americano, assolado durante décadas pela praga das torturas feitas pelos regimes militares, já foi dada uma solução à altura, mesmo que não tenha satisfeito plenamente a todos os interessados. Foi criada uma Comissão de Alto Nível, com membros da sociedade civil, que catalogou todos os casos e apresentou uma proposta de indenização das famílias, passando pelo justo reconhecimento da responsabilidade do Estado pelos crimes cometidos. Na Argentina as conseqüências continuam até hoje, com militares vindo a público para esclarecer as mortes.

Um exemplo de que a vontade política remove obstáculos foi dado pela ex-prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, que enquanto ocupava o cargo bancou politicamente a abertura da vala de Perus e obrigou a realização das pesquisas nas ossadas. Depois que ela saiu da chefia da cidade, o chefe do Departamento de Medicina Legal da Unicamp, Fortunato Palhares, não moveu uma palha sequer, não escondendo sua má vontade com relação a esse trabalho e se sente em condições de barrar a solução do caso.

As famílias sabem que Palhares e equipe já identificaram as ossadas de Dimas Antônio Casemiro, Flávio Carvalho Molina e Francisco José de Oliveira, mas não há uma autoridade que o faça anunciar as identificações. Falta poder para isso? Claro que falta vontade política. Erundina já teria ido pessoalmente até Campinas e constrangido o arrogante Palhares

a cumprir sua obrigação.

O trabalho da Comissão de Familiares de Desaparecidos teve um importante impulso quando a Prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, garantiu a abertura da vala clandestina de Perus e a participação de familiares de desaparecidos na Comissão de Acompanhamento das Investigações da Prefeitura no caso das ossadas humanas encontradas em valas clandestinas em cemitérios da capital.

Durante os mais de dois anos de trabalho, a partir da abertura da vala clandestina, a procura pelo paradeiro dos desaparecidos no Brasil caminhou a passos largos e avançou muito mais do que havia conseguido nos anos anteriores. A Comissão pôde ouvir funcionários dos cemitérios, dos IMLs, das polícias estadual e federal, acompanhou as seções da CPI da Câmara Municipal de São Paulo (criada para investigar o caso das ossadas encontradas em cemitérios da capital) e da Comissão de Acompanhamento da Assembléia Legislativa do Estado (para o caso da passagem de presos políticos desaparecidos pelo Manicômio Judiciário do Estado).

Os membros da Comissão de Familiares de Desaparecidos sabiam da existência da Vala de Perus desde a década de 70, mas por falta de governantes com coragem política em cargos importantes, preferiram esperar o momento certo para sua abertura. Esse momento foi provocado pelo jornalista Caco Barcellos, da Rede Globo de Televisão, que durante o ano de 1990 fazia pesquisa nos arquivos do IML para seu livro “Rota 66 - A polícia que mata”. Lá encontrou indicações de que presos políticos eram enterrados no Cemitério de Perus, com nomes falsos e com a identificação adulterada. Além disso descobriu, pelos registros incompletos dos livros do cemitério, que houve exumação, sem ser

apontado o destino dado aos corpos das pessoas. Descobriu assim a vala clandestina do Cemitério de Perus.

A apresentação do caso ao público causou um impacto enorme na sociedade e provocou desdobramentos que favoreceram as investigações. A pesquisa, realizada pelos técnicos da Unicamp e funcionários do Setor de Informática da Prefeitura, possibilitou determinar que os presos políticos enterrados lá eram: Flávio de Carvalho Molina (enterrado como Álvaro Lopes Peralta), Frederico Eduardo Mayr (enterrado como Eugênio Magalhães Sardinha), Francisco José de Oliveira (enterrado como Dário Marcondes), Dimas Antônio Casemiro, Dênis Casemiro e Grenaldo de Jesus Silva, os três últimos com os nomes verdadeiros.

A Câmara Municipal, por proposta do vereador Júlio Cezar Caligiuri (PSB), criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar a existência dessa vala clandestina. Como relator foi designado o vereador Aldo Rebello (PCdoB), que eleito deputado federal, passou a tarefa à vereadora Tereza Lajolo (PT). Os demais membros dessa CPI, que efetivamente participaram das sessões de depoimentos e diligências, foram os vereadores Italo Cardoso (PT) e Vital Nolasco (PCdoB). Vereadores de direita, também membros da comissão, não se dispuseram sequer a participar dos trabalhos.

O impacto, que a abertura da vala clandestina de Perus causou no país, levou os governadores de vários estados a abrir à sociedade os arquivos dos Dops, responsáveis pela repressão política. Permitiram também que a Comissão de Familiares de Desaparecidos tivesse direito à pesquisa.

Os arquivos dos Dops de São Paulo e Rio de Janeiro só foram abertos no começo do ano de 1992, após intensa pressão sobre o Governo Federal, que manti-

nha a guarda do acervo desde 1983. Nessa época os últimos governadores do período ditatorial do Rio de Janeiro (Chagas Freitas) e de São Paulo (José Maria Marin, vice e sucessor de Paulo Maluf), passaram para a esfera federal o acervo de quase um século de repressão política. Por serem os maiores e mais completos, esses arquivos continham infor-



mações que poderiam elucidar o paradeiro dos desaparecidos, como de fato ocorreu quando de sua abertura.

Na pesquisa feita nos arquivos do IML de São Paulo, que sofreu uma clara dilapidação intencional em seu acervo, foi possível a identificação de três desaparecidos: José Maria Ferreira de Araújo, assassinado sob torturas no Doi-Codi/SP em 23/09/70, enterrado com o nome falso de Edson Cabral Sardinha; Dênis Casemiro, morto sob torturas no Deops/SP em 18 de maio de 1971, enterrado no cemitério de Perus e seus restos colocados na vala clandestina e Antônio dos Três Reis Oliveira, morto fuzilado em 18 de maio de 1970.

O arquivo do Deops/SP estava sob a guarda do delegado Aparecido Laertes Calandra, um torturador conhecido como “Capitão Ubirajara”, destacado para essa tarefa por Romeu Tuma, diretor da Polícia Federal. Mesmo violado, o acervo ainda manteve documentos importantes para o esclarecimento das mortes de presos políticos. Lá há a confirmação da morte de vários presos políticos e indicação de que outros podem ter tido o mesmo fim.

Num relatório do SNI (Serviço Nacional de Informações) de 1978, dirigido ao então Diretor do Setor de Inteligência do Deops/SP, delegado Romeu Tuma, que dava o destino de alguns militantes de oposição ao governo militar, constava laconicamente a informação sobre o desaparecido Ruy Berbert: “enforcado na delegacia de Natividade-Goiás”. Com esse relatório foi possível saber que, além dele, Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomás foram mortos também em Goiás e que Jane Vaninni, Wânio José de Matos e Túlio Quintiliano foram mortos pela ditadura chilena do General Augusto Pinochet.

É lamentável, para não dizer estarrecedor, constatar que Fernando Henrique Cardoso, afastado da Universidade de São Paulo e do Brasil pela ditadura militar, ainda esteja tangenciando para resolver este grave problema. Uma coisa é, num simples ato de retórica, dizer “esqueçam o que escrevi no passado”. A outra, é agir como se não existisse um passado. Ele existe e FHC está inserido nele. É preciso olhar o país com altivez e resolver os problemas — todos, e não apenas os dos desaparecidos e mortos políticos — com a seriedade que eles merecem.

Ivan Seixas é jornalista, ex-presos político e membro da Comissão de Familiares de Presos Políticos Mortos e Desaparecidos durante a Ditadura Militar.

SAIBA QUEM SÃO OS DESAPARECIDOS

No Brasil

O primeiro preso a ser considerado desaparecido no Brasil, depois do golpe militar de 1964, foi Pedro Inácio de Araújo, líder camponês da Paraíba, que após ser preso no Grupamento de Engenharia do Exército, desapareceu no dia 10 de setembro de 1964. À sua esposa, disseram apenas que ele havia sido posto em liberdade. No mesmo ano desapareceu João Alfredo, outro líder camponês.

O operário químico Virgílio Gomes da Silva foi o primeiro militante da oposição organizada ao regime militar a desaparecer em São Paulo. Preso em 29 de setembro de 1969, vários presos, inclusive seu irmão Francisco, o viram sendo torturado e morto pelos policiais e militares membros da Oban (Operação Bandeirante - organização paramilitar financiada por empresários e políticos de direita e precursora do DOI-Codi). Com golpes de porretes, pontapés e murros, teve a cabeça esfaqueada pelos agentes da repressão. Os policiais e militares retiraram seu corpo de dentro da Oban e nunca se soube para onde foi levado. Sua prisão nunca foi admitida, nem sua morte reconhecida de qualquer forma. Ele simplesmente desapareceu.

Em 1970 desaparecem em São Paulo, Antônio dos Três Reis Oliveira, estudante paranaense, José Maria Ferreira de Araújo, visto sendo torturado no DOI-Codi de São Paulo. No Rio de Janeiro, desaparecem Celso Gilberto de Oliveira, corretor de imóveis, o engenheiro Jorge Leal Gonçalves Pereira. Em Goiás desapareceu o estudante de 15 anos de idade Marco Antônio Dias Batista.

Em 1971 desaparecem, em São Paulo, Aluísio Palhano Ferreira Pedreira, dirigente nacional dos bancários, o operário Denis Casemiro, o professor Luís Almeida Araújo e Aylton Adalberto Mortati, oficial da reserva do Exército. No Rio de Janeiro foram presos e desapareceram o estudante Stuart Edgar Angel Jones, o sociólogo Carlos Alberto Soares de Freitas, o salva-vidas da marinha Walter Ribeiro Novaes, o advogado Antônio Joaquim Machado, a teatróloga paulista Eleni Telles Pereira Guariba, o servente de pedreiro Félix Escobar, o estudante Ivan Motta Dias, o estudante Joel Vasconcelos Santos, o líder camponês Mariano Joaquim Machado, o jornalista Mário Alves de Souza Vieira, o advogado Paulo de Tarso Celestino da Silva e o ex-deputado Rubens Beirodt Paiva. No interior de Goiás desapareceu o estudante Ruy Carlos Vieira Berbert.

Em 1972, no Rio de Janeiro desaparecem os estudantes Paulo César Botelho Massa e Izis Dias de Oliveira, o engenheiro Paulo Costa Ribeiro Costa e Sérgio Landulfo Furtado. Em Pernambuco, o geólogo Ezequias Bezerra da Rocha e em São Paulo desapareceu o estudante Luis Eurico Tejera Lisboa.

Em 1973 desaparecem, em Goiás, Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomas, estudantes, e Durvalino de Souza, trabalhador rural. Em São Paulo desaparecem o ex-deputado Paulo Stuart Wright, Edgar de Aquino Duarte, marinheiro, que passou dois anos em vários cárceres. No Rio de Janeiro desapareceram os estudantes Ramires Maranhão do Vale, Victorino Alves Moitinho, Honestino Monteiro Guimarães, presidente da União Nacional de Estudantes, Humberto Albuquerque Câmara Neto, o bancário Caiuby Alves de Castro. Em Brasília desapareceu o líder camponês José Porfírio de Souza, no dia em que foi posto em liberdade, após cumprir dois anos de prisão.

No ano de 1974 desaparecem em São Paulo, a professora da USP Ana Rosa Kucinski Silva e seu marido Wilson Silva, a advogada Ieda Santos Delgado, o jornalista Walter de Sousa Ribeiro, Issami Nakamura Okano, funcionário da Universidade de São Paulo, o operário metalúrgico João Massena Melo, o ex-deputado Luis Inacio Maranhão Filho, David Capistrano da Costa, jornalista e ex-deputado federal e José Roman, corretor

de imóveis. No Rio de Janeiro foram presos e nunca mais vistos os estudantes Thomas Antônio Meirelles Neto, Eduardo Collier Filho e Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira. No interior de Pernambuco desaparece o estudante Rui Frazão Soares.

Em 1975 desaparecem em São Paulo, Elson Costa, o jornalista Hiran de Lima Pereira. No Rio de Janeiro desapareceram o eletricitário Armando Teixeira Frutuoso, o sapateiro Itair José Velloso, o jornalista Jaime Amorim de Miranda, o estudante José Montenegro de Lima, o jornalista Orlando Rosa Bonfim Júnior. No interior de Pernambuco desaparece o líder estudantil João Leonardo da Silva Rocha. Em Belo Horizonte desapareceu o líder camponês Nestor Veras.

Em julho de 1978 desapareceu no Rio de Janeiro o cidadão argentino Norberto Armando Habeger.

Em julho de 1980 desaparece o padre argentino Jorge Oscar Adur, quando acompanhava a visita do Papa João Paulo II.

No exterior

Na Argentina desaparecem em 1973, João Batista Rita, Joaquim Pires Cerveira e Edmur Péricles de Camargo. Em 1974, os operários Daniel José de Carvalho e Joel José de Carvalho, o sapateiro José Lavecchia e o ex-militar Onofre Pinto quando voltavam ao país. Em 1976 desapareceram Jorge Alberto Basso, Maria Regina Marcondes Pinto, Walter Kenneth Nelson Fleury e Sidney Fix Marques dos Santos. No ano de 1980 desapareceu Luiz Renato do Lago Faria.

No Chile desapareceram os estudantes Luis Carlos Almeida, Nelson de Souza Kohl e Jane Vaninni, os ex-militares Túlio Quintiliano e Vânio José de Mattos, todos em 1973, ano do golpe de estado que derrubou o presidente Salvador Allende.

No Araguaia

Um grupo de 70 militantes do PC do B, que tentava implantar um movimento de guerrilhas contra o regime militar, foi dizimado entre os anos de 1972 até 1974 na região do Araguaia. Toda a operação de guerra montada pelas Forças Armadas nunca teve registro oficial. Até hoje seus familiares exigem o reconhecimento das operações de repressão e a localização de seus restos.

Os desaparecidos na região são: Adriano Fonseca Fernandes Filho, André Grabóis, Antônio Alfredo Campos, Antônio "Alfaiate", Antônio Carlos Monteiro Teixeira, Antônio Guilherme Ribeiro Ribas, Antônio de Pádua Costa, Antônio Teodoro de Castro, Arildo Valadão, Áurea Elisa Pereira Valadão, Bergson Gurjão Farias, Cilon da Cunha Brun, Ciro Flávio Oliveira Salazar, Custódio Saraiva Neto, Daniel Ribeiro Callado, Dermeval da Silva Pereira, Dinaelza Soares Santana Coqueiro, Dinalva Oliveira Teixeira, Divino Ferreira de Sousa, Elmo Correa, Gilberto Olímpio Maria, Guilherme Gomes Lund, Helenira Rezende de Souza Nazaré, Hélio Luis Navarro de Magalhães, Jaime Petit da Silva, Jana Moroni Barroso, João Carlos Haas Sobrinho, João Gualberto, "Joaquinzão", José Francisco Chaves, José Humberto Bronca, José Lima Piauhy Dourado, José Toledo de Oliveira, José Maurílio Patrício, Kleber Lemos da Silva, Líbero Giancarlo Castiglia, Lourival Paulino, Lúcia Maria de Souza, Lúcio Petit da Silva, Luiz René Silveira e Silva, Luíza Augusta Garlippe, Manuel José Nurchis, Maria Célia Correa, Maria Lúcia Petit da Silva, Maurício Grabóis, Miguel Pereira dos Santos, Nelson de Lima Piauhy Dourado, Osvaldo Orlando da Costa, Paulo Pereira Marques, Paulo Mendes Rodrigues, Pedro Alexandrino de Oliveira, Rodolfo de Carvalho Troiano, Rosalindo Souza, Suely Yomiko Kanayama, Telma Regina Cordeiro Corrêa, Tobias Pereira Júnior, Uirassu de Assis Batista, Vandick Reidner Pereira Coqueiro e Walquíria Afonso Costa.